

Dossiê - Políticas e práticas pedagógicas em contextos pandêmico e pós-pandêmico: impactos em espaços escolares

O dossiê “Políticas e práticas pedagógicas em contextos pandêmico e pós-pandêmico: impactos em espaços escolares” teve como propósito provocar e aprofundar reflexões acerca das políticas educacionais e das práticas pedagógicas desenvolvidas durante a pandemia e no período subsequente da Covid-19, especialmente em espaços escolares de países da América Latina.

O mundo vivenciou um momento extraordinário com a pandemia do coronavírus. Este fenômeno, ocorrido entre dezembro de 2019 e abril de 2022, integrou-se à dinâmica da sociedade global quando, em poucos meses, o Coronavírus 2 (SARS-CoV-2) se disseminou pelos cinco continentes. Com rápida disseminação e, ainda que com frequente caráter assintomático, o coronavírus demonstrou uma letalidade preocupante, levando muitos infectados ao falecimento em todas as partes do mundo. Para se ter uma ideia, em dezembro de 2022, só o Brasil já registrava mais de 693.813 óbitos atribuídos à Covid-19, e na presente data (09 de setembro de 2025), o Ministério da Saúde registra no seu painel interativo um total de 716.626 mortes. Assim, esse período configurou-se como uma das mais severas crises que a humanidade enfrentou e ainda enfrenta neste século. O tema passou a ocupar centralidade nos debates midiáticos, na hipermídia e, sobretudo, nas conversações cotidianas de diferentes grupos sociais.

Esse cenário provocou um impacto global e gerou transformações em todas as esferas da existência humana, principalmente, em virtude das estratégias de contenção e controle do contágio estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades governamentais. Exemplos notáveis incluem o isolamento social e a interrupção das atividades em estabelecimentos comerciais, religiosos e educacionais, processo que exigiu reações imediatas e inéditas de políticos e gestores públicos em todos os países.

No setor educacional, em particular, o impacto foi incalculável, caracterizado pelo isolamento social que resultou na suspensão das aulas presenciais, no fechamento de escolas e na migração para o ensino remoto, com a utilização de materiais impressos e plataformas digitais como *WhatsApp*, *Google Meet*, *Classroom*, *YouTube*, entre outras. Tais medidas repercutiram na vida das crianças, dos jovens, dos adolescentes, das famílias como um todo e dos profissionais da educação. No início da pandemia, o Brasil contava com mais de 47 milhões de estudantes matriculados na educação básica e mais de 2 milhões de professores em todas as redes de ensino.

Contudo, o impacto e os efeitos da pandemia não foram iguais para todos. Os mais pobres, os não brancos, e dentre estes, as mulheres e as crianças, foram os que mais sofreram, sobretudo aqueles residentes no campo, em grandes favelas e nas regiões Norte e Nordeste. Ou seja, o impacto foi desigual e acentuou ainda mais as desigualdades econômicas, sociais, raciais e regionais já existentes no Brasil.

A pandemia intensificou a retração econômica na América Latina, levando a um aumento da pobreza e da extrema pobreza no Brasil, do abandono escolar e do desemprego, afetando principalmente mulheres negras. Por outro lado, a riqueza dos países da América Latina caiu 11,4%, e no caso do Brasil, em 2021, a pobreza alcançou 36,7% da população, e 9% estava na extrema pobreza. As regiões Norte e Nordeste foram as mais impactadas, onde quase 50% da população vivia em condição de pobreza. Porém, a população negra, especialmente as mulheres, foi a que mais sofreu com esse impacto. Além disso, os efeitos também foram diferentes entre as redes pública e privada.

Neste cenário, o direito à educação já vinha sofrendo cortes, retrocessos e riscos, dentro de um contexto brasileiro de políticas de austeridade econômica que se intensificaram no país pós-2016, com a Emenda Constitucional n.º 95/2016. Essa medida reduziu os gastos públicos na área social, inclusive com a Educação, agravando a pobreza e a fome e impactando diretamente o setor. Assim, a pandemia revelou vulnerabilidades históricas nos sistemas sociais, incluindo saúde, segurança social e habitação.

Diante desse contexto, novos contornos foram redesenhados na educação, e as redes de compartilhamento de aprendizagem tornaram-se prementes para o enfrentamento dos desafios socioeducacionais. Nesse sentido, evidenciar as

problemáticas e os resultados de pesquisas sobre políticas e práticas pedagógicas nos contextos pandêmico e pós-pandêmico é condição fundamental para o sucesso de programas e políticas públicas educacionais. Tal análise se torna ainda mais relevante quando considera os atores envolvidos e sua realidade socioespacial.

Desse modo, essa proposta de Dossiê buscou reunir artigos que contribuíssem para uma ampla articulação de diálogos entre política, prática pedagógica e pesquisa educacional, entendendo a ideia de “conversa” como força mobilizadora para refletir sobre como a pandemia redesenhou a educação em diferentes territórios. Também se buscou compreender o papel das redes sociais de aprendizagem, que emergiram como ferramentas cruciais no enfrentamento dos desafios socioeducacionais.

Portanto, neste número temático, as pesquisas em Educação buscam respostas para algumas questões fundamentais, a saber: Sob quais condicionantes internos e externos foram implementadas as políticas e práticas pedagógicas durante a pandemia e como estas têm se configurado no pós-pandemia, em escolas públicas dos países investigados? O que os registros do Censo Escolar revelam sobre o atendimento às escolas no período pandêmico e pós-pandêmico? Quais estratégias foram direcionadas pelos países para minimizar os impactos da pandemia? Que políticas públicas têm buscado superar as desigualdades educacionais? Quais experiências pedagógicas foram desenvolvidas por professores, no campo e na cidade, para garantir o acesso à educação? Como ocorreu a formação docente durante a pandemia e quais são os seus desdobramentos no pós-pandemia? Houve iniciativas voltadas à melhoria da qualidade de vida de professores e estudantes nos diferentes contextos investigados?

Tais indagações se mostram fundamentais para refletir sobre a relação entre a pesquisa educacional e a escola como um campo privilegiado, indo além do modelo hegemônico que, muitas vezes, reduz as escolas a objetos abstratos de estudo, desconsiderando sujeitos, cotidianos e práticas locais. O Dossiê, portanto, valoriza pesquisas que revelam a diversidade de soluções, estratégias e configurações de políticas educacionais produzidas nas múltiplas realidades escolares. Nesse horizonte, buscamos dar visibilidade tanto às tensões impostas pelas políticas de caráter neoliberal e neoconservador quanto às possibilidades instituintes de resistência e de reinvenção que emergem das práticas pedagógicas em territórios periféricos e populares da América Latina.

Os textos aqui reunidos destacam que os efeitos da pandemia tendem a se prolongar por anos, intensificando desigualdades sociais e elevando as taxas de abandono e evasão escolar, sobretudo entre jovens e populações mais vulneráveis. Nesse sentido, apresentar problemáticas e resultados de estudos e pesquisas sobre políticas e práticas pedagógicas em contextos pandêmico e pós-pandêmico constitui condição essencial para subsidiar programas e políticas públicas de educação que dialoguem com a realidade concreta das comunidades escolares.

Temos, assim, a satisfação de oferecer à comunidade científica 11 artigos de pesquisadores(as) vinculados a instituições de Educação Superior, nacionais e estrangeiras, reconhecidos pela competência acadêmica e pela diversidade epistemológica com que abordam o tema. Entre eles, *Estudos de políticas e práticas educativas em contextos aproximativos: impactos da pandemia e pós-pandemia em espaços educacionais*, de Arlete Ramos dos Santos e Natanael Reis Bomfim, que analisam experiências de dois grupos de pesquisa para orientar políticas públicas educacionais no contexto da pandemia e pós-pandemia. O primeiro grupo, com base no método Dialético-Marxista, concluiu que a precarização do trabalho docente persistiu, aumentando o adoecimento, e que houve impactos negativos na aprendizagem. Contudo, também identificou estratégias positivas, como o uso intensivo de tecnologia e melhorias na infraestrutura de algumas escolas. O segundo grupo, focado nas Representações Sociais, apontou a escassez de pesquisas sobre a juventude de periferias urbanas, a dificuldade de aplicar práticas pedagógicas que respeitem seus saberes e a necessidade de políticas públicas mais eficazes para proteger e desenvolver seu potencial. Ambos os estudos convergem na urgência de refletir sobre a formulação e a efetividade das políticas educacionais, considerando os sujeitos e a realidade dos espaços escolares.

O artigo *Escolas do/no campo no contexto da pandemia e pós-pandemia de Covid-19 no estado do Paraná*, produzido por Maria Antônia de Souza, Adriana Almeida Veiga e Rosana Aparecida da Cruz Paula, problematiza os resultados da pesquisa realizada no Paraná sobre a educação no contexto da pandemia (APECPR, 2022) nas 10 regiões geográficas do estado e aponta os desafios da prática e das políticas educacionais no contexto pós-pandêmico, além da contradição expressa nos resultados do IDEB 2021. A pesquisa, de natureza documental e ancorada nas categorias do método materialista histórico-dialético, revela a extrema desigualdade

na realização da educação escolar rural no contexto da pandemia. As(os) professoras(es) foram os responsáveis pela efetivação do direito à educação em lugares de difícil acesso e com precariedade de sinal de telefonia. Contraditoriamente, o IDEB de 2021 revela o Paraná como um dos estados com melhores resultados, o que precisa ser questionado, levando em conta a realidade das escolas do/no campo e sua participação (ou não) no processo de avaliação.

Em *Os reflexos da Pandemia no atendimento da Educação Infantil do Estado da Paraíba/PB*, Joedson Brito dos Santos, Josefa Fabnice de Sousa Freitas e Gabriela Oliveira Santos analisam os possíveis reflexos da pandemia de Covid-19 no atendimento educacional das crianças de 0 a 5 anos e no alcance da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), considerando como recorte temporal os anos de 2019 a 2022. A partir de uma abordagem quanti-qualitativa, com pesquisa e análise documental, o estudo aponta que a pandemia afetou significativamente as matrículas na Educação Infantil, especialmente entre crianças não brancas, residentes em áreas rurais, de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. Isso resultou em retrocesso na universalização da pré-escola e na expansão de creches, comprometendo o alcance da Meta 1 dos Planos Municipais, Estadual e Nacional de Educação, bem como a necessidade de políticas públicas mais robustas e equitativas para garantir o direito à Educação Infantil, particularmente para as crianças que residem no campo.

No texto, *Ser professora negra da Educação Básica, mãe solo, atípica e periférica no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil*, de Áilda Angélica Alves Leal e Karina Viríssimo dos Santos, as autoras buscam reconhecer desafios vividos e enfrentados por uma professora da Educação Básica, mulher negra, mãe solo, atípica e periférica no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil, com foco no Ensino Remoto Emergencial. O estudo traz um estudo de caso com realização de entrevista semiestruturada, aplicação de questionário e registros de netnografia de uma docente dos anos iniciais de uma escola privada de pequeno porte situada em uma região periférica de Belo Horizonte-MG. O relato da docente sublinha aspectos relativos a bagagens históricas culturais de exclusões que abrangem gênero, classe, raça, território, geração, trabalho e tantas outras variantes que se interseccionam. Os resultados evidenciam obstáculos enraizados no contexto sócio-histórico e estrutural brasileiro, marcado pelo sexismo e pelo racismo.

Na sequência temos o texto *Avaliação da eficiência de cursos de Pós-Graduação (stricto sensu) em universidades públicas brasileiras no contexto da pandemia de Covid-19*, de Elisângela Hoffmann, Thaynara Gilli Tonolli, Wagner Bandeira Andriola e Antonio Cezar Bornia. Os(As) autores(as) destacam que a pandemia de Covid-19 impôs desafios significativos à gestão, organização pedagógica e saúde mental da comunidade acadêmica nas universidades brasileiras, afetando todas as esferas educacionais. Principalmente, o acesso limitado às tecnologias e à internet, a sobrecarga docente e as dificuldades de adaptação ao ensino remoto. O referido estudo analisa a adaptação dos cursos de Mestrado da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) à realidade pandêmica, utilizando a Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*) para avaliar a eficiência relativa no período de 2017 a 2022. Os resultados indicaram que, dos 15 cursos analisados da UNEMAT, 6 (40%) mantiveram ou melhoraram sua eficiência no primeiro ano da pandemia (2020). Já na UFSC, dos 71 cursos analisados, 26 (36,6%) atingiram mais de 80% de eficiência em 2020. Os achados demonstram que os cursos que melhor se ajustaram ao cenário pandêmico conseguiram otimizar a gestão dos insumos disponíveis (*inputs*) e maximizar os resultados obtidos (*outputs*), mesmo diante das adversidades.

No texto *Pandemia e trauma entre docentes de escolas públicas: uma discussão à luz da psicanálise de Sándor Ferenczi*, as autoras Elizângela Felipi e Márcia Luíza Pit Dal Magro destacam que para o psicanalista Sandór Ferenczi, o trauma resulta não de um evento violento em si, mas do não reconhecimento de uma situação sofrida, em que um “forte” desmente um vulnerável. Este conceito pode ser relacionado aos negacionismos e violências que ocorreram durante a pandemia e seus desdobramentos no contexto escolar. A pesquisa teve como objetivo geral compreender como as professoras da escola pública têm lidado com a dimensão traumática ocasionada pela pandemia da Covid-19. Para isso, entrevistaram 10 professoras que atuavam no ensino fundamental em escolas públicas do Oeste de Santa Catarina. Os resultados indicam o não reconhecimento da vulnerabilidade e o esforço das docentes para que o modelo de escolarização imposto ocorresse. Demonstrou também que as docentes perderam a capacidade de agir, pensar, resistir, portanto, de se defender diante do outro, o que caracteriza a dimensão traumática dessa experiência no sentido Ferencziano.

O artigo *Entre precariedades educacionais e reinvenções docentes: a pandemia (ex)pôs a cara lavada da educação pública*, de Diego Orgel Dal Bosco Almeida e Marília Etienne Arreguy, analisa o ofício da docência, tomando como lócus uma Escola da Educação Básica Pública, durante o período de Pandemia da Covid-19, desde um corpus empírico constituído por um conjunto de narrativas de experiências de oito professoras de anos iniciais do Ensino Fundamental. Buscou compreender em que medida essa alteração da cotidianidade afetou a singularidade docente, com vistas a permitir a ampliação de um exercício de compreensão acerca da docência, a partir de em um pensamento cartográfico. A problematização foi elaborada por meio de uma conversa sobre experiência, defesa irrestrita da escola e do amor ao mundo que isso tudo encerra. Os resultados evidenciam a importância da existência de uma rede de cooperação que oportunize condições de possibilidade para a conformação permanente aos docentes.

O manuscrito *O fechamento de escolas rurais em Rondônia e a pandemia: impactos sobre as comunidades locais* de Maria Aparecida Antero Correia refletiu sobre o fechamento em massa das escolas do campo em Rondônia, o qual atinge as comunidades historicamente excluídas como indígenas, caboclas, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas. O objetivo foi refletir sobre a política para a educação do campo e como as comunidades locais estão sendo impactadas. Utiliza a abordagem do materialismo histórico-dialético, com revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados apontam que existe uma ampliação do fechamento de escolas nos últimos anos de forma deliberada, e uma investida cada vez maior do agronegócio.

Educação do Campo e políticas públicas: análise de programas nacionais na valorização da identidade campesina, de autoria de Esther Marciano Barbosa e Renato Barros de Almeida analisa de que maneira as políticas públicas educacionais voltadas para o campo, especificamente o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), contribuem efetivamente para a valorização dos saberes locais e para o fortalecimento das especificidades culturais campesinas. Utilizou-se como base desse estudo as legislações que implementaram e regulamentaram esses programas, além de documentos complementares, como portarias e resoluções. Os resultados indicam que persistem desafios que dificultam

a plena implementação dessas políticas, devido aos obstáculos de ordem objetiva ou subjetiva.

Em *Escuela y exclusión social en el tiempo que creíamos que seríamos mejores*, Samuel H. Carvajal Ruiz discute criticamente as lições da pandemia e suas consequências sociais, refletindo sobre as políticas públicas e suas repercussões nas práticas escolares, e se insere no contexto do debate sobre as tentativas de reconstruir a 'esperança', ainda que se revele um exercício mais especulativo do que concreto. Por meio de uma abordagem teórico-documental e de uma perspectiva crítica sobre a formulação e a efetivação dos direitos e conquistas fundamentais, o texto nos convida a refletir sobre os impactos nos 'direitos sociais', incluindo a educação, em uma época de claros retrocessos sociais e econômicos para os grupos historicamente excluídos.

Em *Políticas públicas de financiamiento universitario en Argentina*, Marcelo Vitarelli, Alicia Eugenia Olmos e Ariel Osvaldo Ingas discutem sobre a ampliação do direito de acesso ao ensino superior para jovens argentinos nas universidades públicas por meio de bolsas de estudo, tanto para formação de professores como para carreiras prioritárias de interesse nacional para apoiar os alunos durante os cinco anos de estudo, além de subsídios para programas especiais que aumentem o corpo docente universitário em diferentes ramos do conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa analisa dados primários comparativos, matrículas, sistema de bolsas e outros, de duas universidades no âmbito das políticas públicas universitárias.

Agradecemos aos autores e autoras que submeteram seus textos de modo a contribuir com o debate, a reflexão e a qualificação das discussões em torno das políticas educacionais e das práticas pedagógicas desenvolvidas durante a pandemia e no período subsequente da Covid-19, em espaços escolares de países da América Latina, e esperamos que os textos e estudos aqui apresentados possam servir aos estudos e debates sobre o tema. Agradecemos, de modo particular, também aos avaliadores e avaliadoras, bem como a equipe editorial da Revista Caderno de Pesquisa.

Por fim, dedicamos essa construção coletiva, em especial, a memória do professor *Marcelo Vitarelli* e esperamos que este Dossiê contribua para o aprofundamento do conhecimento na área da Educação, valorizando pesquisas que analisam, em perspectiva crítica, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas

em tempos de crise sanitária e no período pós-pandêmico, em escolas da América Latina.

Vitória da Conquista, Salvador, Campina Grande
Setembro de 2025

Arlete Ramos dos Santos
Natanael Reis Bomfim
Joedson Brito dos Santos